

SEXUALIDADE INFANTIL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) NO BRASIL¹

CHILD SEXUALITY AND TEACHER TRAINING IN BRAZIL

SEXUALIDAD INFANTIL Y LA FORMACIÓN DE PROFESORES EN BRASIL

Claudionor Renato da Silva

Doutor em Educação Escolar, Docente da Universidade Federal de Jataí, Jataí, Goiás, Brasil, claudionorsil@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0003-1693-4804>

Ana Claudia Bortolozzi

Doutora em Educação, Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Câmpus Bauru, Bauru, São Paulo, Brasil, anaclaudia@unesp.br ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4796-5451>
Lázara Christina Assis Cabral ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8462-8238>

RESUMO:

Este artigo é um estudo sobre a sexualidade infantil desenvolvido a partir da metodologia *Grounded Theory*. O objetivo é apresentar a teorização da sexualidade infantil e como se encaminham à formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Os conteúdos principais do artigo são, em primeiro lugar, a investigação de doutorado em que foi realizada uma teorização sobre a sexualidade infantil; em segundo, a organização de propostas para a formação de professores na temática. As implicações da investigação são contribuições à educação sexual e à formação de professores, sobretudo, na consideração da sexualidade de crianças pequenas como aspecto de seu desenvolvimento “biopsicossossocial”.

Palavras-chave: sexualidade infantil, formação de professores, educação sexual, *Grounded Theory*.

1 Texto originário da Tese de Doutorado do primeiro autor, orientado pela segunda autora e, atualmente, em pesquisa de Iniciação Científica pela terceira autora no interior do NuEPFES – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Formação em Educação Sexual – Universidade Federal de Jataí.

ABSTRACT:

This article is a study on child sexuality developed from the Grounded Theory methodology. The objective is to present the theorization of child sexuality and how it is directed to the formation of teachers for early childhood education and early years of elementary education. The main contents of the article are, in the first, the doctoral research that carried out a theorization about the infantile sexuality; secondly, the organization of proposals for teacher training, on the theme. The implications of the research are contributions to the area of sex education and teacher training, especially in considering the sexuality of young children as an aspect of their “biopsychosocial” development.

Keywords: child sexuality, teacher training, sex education, Grounded Theory.

RESUMEN:

Este artículo es un estudio sobre la sexualidad infantil desarrollado a partir de la metodología Grounded Theory. El objetivo es presentar la teorización de la sexualidad infantil y como se dirige a la formación de profesores para la educación infantil y años iniciales de la enseñanza fundamental. Los contenidos principales del artículo son, en primer lugar, la investigación de doctorado que ha efectuado una teorización sobre la sexualidad infantil; en segundo, la organización de propuestas a la formación de profesores, en la temática. Las implicaciones de la investigación son contribuciones al área de la educación sexual y la formación de profesores, sobre todo, en considerar la sexualidad de los niños pequeños como aspecto de su desarrollo “biopsicososocial”.

Palabras clave: sexualidad infantil, formación de profesores, educación sexual, Grounded Theory.

Considerações iniciais

O artigo se dispõe a apresentar uma discussão sobre a sexualidade infantil nos espaços formativos da infância brasileira, a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental com implicações à formação inicial e continuada de professores(as). Apresenta-se a discussão da resistência ao currículo em prol de práticas anti-preconceituosas e anti-discriminatórias no âmbito da sexualidade da criança, em seu mais amplo sentido, na diversidade sexual e, desde a infância, na negação e proibição das manifestações naturalizadas das crianças pequenas. Ao resistirem ao discurso científico das manifestações da

sexualidade infantil, os(as) docentes brasileiros(as) encontram dificuldades em fazer o melhor do seu profissionalismo pelas crianças pequenas no que diz respeito à formação para a sexualidade; o currículo e o sistema educacional desconsidera a sexualidade das crianças (manifestas e reais) e, numa visão e ação contemporânea de sociedade e momento político nacional, há uma tendência silenciosa de desqualificação dos estudos científicos e os discursos de sociabilidade sexual planetária que prezam pela emancipação humana e, sobretudo, o empoderamento de meninas e mulheres, promulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030.

O “não fazer” da prática da educação sexual, talvez se dê pelos discursos de ódio e negação à sexualidade, à cientificidade, vigentes, desde 2014 (Silva, 2015), quando se decidia pelo atual Plano Nacional de Educação (PNE) (Silva, 2015) que se finda, em 2024 e que, na atualidade, assume discursos ainda mais potentes, munidos de *fake News*. Ou talvez, seja uma postura pessoal do(a) docente. Contudo, diante de uma BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que fala de “direitos”, todo direito deve ser dado às crianças pequenas, não apenas “alguns” direitos. O direito a saber sobre sexualidade não pode ser retirado de nossas crianças.

O tema da sexualidade infantil, inerente à área da educação sexual não possui um espaço muito aberto e livre na formação de professores, seja na formação inicial, seja na formação continuada, especialmente, se considerados, os cursos de pedagogia, em particular. Ao se referir ao espaço quase inexistente para o tema da sexualidade infantil, se quer dizer que, primeiro, não há no currículo qualquer disciplina referente à educação sexual, como demonstrado na literatura da área, como será demonstrado nessa pesquisa e, em segundo, as pessoas não se sentem muito à vontade em falar sobre isso, por entenderem que se trata de algo privativo, secreto e até “pecaminoso”, algo reservado à família. E, se não se tem a coragem de falar, tão pouco a coragem de tratar do tema nos processos educativos de formação e de atuação docente, o currículo.

O fato, por detrás destes posicionamentos é que os professores(as), em formação inicial e em atividade escolar profissional, não têm para si e em si próprios, não só uma formação em sexualidade humana, como também, não aceitam, ou não percebem sua própria sexualidade. E, talvez, o mais grave é que estão cobertos (as) de religiosidade e uma (falsa) ética discursiva, moral-social, e equivocada, de que, ao se falar de sexualidade na escola se está incentivando a prática sexual entre as crianças, entre os adolescentes e entre os jovens; algo que seria de responsabilidade única das famílias. (MELO, 2004; SILVA, 2015; POLA, 2018; BASTASEVICIUS; MIRANDA, 2019; MOREIRA; MAIA; JACINTO, 2020;

MORAIS; GUIMARÃES; MENEZES, 2021; SOARES; SOARES, 2022).

A ênfase aos educandos (as) infantis é o foco principal pelo qual o presente texto se organiza, na medida em que contribui para algumas reflexões, até certo ponto, tensas aos professores (as), mas que são necessárias à formação inicial e continuada, sobretudo, nas formações e atuações de licenciaturas por se tratar da sexualidade das crianças. Tais desconfortos “tensos” também afetam as crianças que chegam à escola de educação infantil e anos iniciais e se veem desprotegidas de seus direitos ao saber. Seus pais e mães, também, seus responsáveis, são, em sua maioria, muito novos e também muito despreparados para aceitar a sexualidade de seus filhos. Pais e mães, avós e tios (as), estão também, cada vez mais assustados (as) com a precocidade em relação à sexualização das crianças. E será mesmo que é precoce ou o contexto a que estamos inseridos(as) nos convida a (não) aceitação da realidade das manifestações da sexualidade das crianças, mesmo diante das pesquisas de da questão planetária da diversidade sexual? (SILVA; LINS, 2020).

Torna-se, assim, evidente, a relevância do tema da sexualidade infantil na formação de professores, não excluindo, a importância desta formação também aos gestores e coordenadores escolares, na possibilidade de se ter explicitado nos Projetos Político-Pedagógicos da escola, que o tema da sexualidade humana será desenvolvido ao longo do ano letivo e também no cotidiano, o que contribuirá – pelo menos, se espera - para que hajam menos conflitos e menos “estresse” a todos (as) os (as) atores (as) deste universo singular, ao mesmo tempo, conflituoso, entre crianças/docentes/gestores/pais. (SILVA, 2015).

Buscando, justamente, atentar para a importância deste tema na formação de professores, inicial e continuada, sobretudo, professores que atuam na educação infantil e anos iniciais, é que o presente texto se apresenta em duas seções centrais: a primeira, intitulada “Sexualidade infantil: um debate breve a partir de uma pesquisa de doutorado”, em que se procura apresentar o tema da sexualidade infantil, a partir da pesquisa de doutorado de Silva (2015) que utilizou a metodologia da *Grounded Theory*. A segunda seção “A formação de professores no tema da sexualidade infantil em algumas propostas” é uma primeira tentativa didático-metodológica visando a formação de professores e a perspectiva conceitual de “cidadania em sexualidade”, conceito a ser desenvolvido neste texto para tratar dos direitos que as crianças possuem em acessar conhecimentos científicos sobre sexualidade humana, como forma de proteção e de denúncia em relação à violência e ao abuso – uma categoria que emerge dos dados e que fez parte da teorização, como apresentado na tese de

doutoramento (Silva, 2015) e na obra Silva (2019) – é certo que existem várias formas de violência, mas é esta que emerge dos dados e gera a teorização.

Sobressai o conceito também de “desenvolvimento biopsicossesossocial” na busca por evidenciar, de fato, e não apenas nos discursos, a realidade da sexualidade infantil ao lado do desenvolvimento biológico, psicológico e social.

Antes do apontamento sobre as considerações finais valem algumas proposições iniciais sobre a metodologia *Grounded Theory* (GT) e a forma como o artigo é construído, um recorte de uma tese de doutorado:

- A fala dos pesquisadores(as) são organizadas e apresentadas a partir da metodologia GT; o texto teórico é resultado de dados extraídos /compilados em pesquisa de doutoramento, como já se referiu nessa introdução. As “afirmativas” teóricas (Silva, 2019) nascem diretamente dos dados o que, portanto, dispensam outros dados, pois, a GT é de lógica indutiva; na GT o pesquisador(a) assume a autoria original da teorização, sempre, com base nos dados;
- A generalização da sexualidade infantil na forma interpretativa e de teorização só é possível – e só foi possível - no interior da própria metodologia GT e nunca fora dela. Desta forma, reafirma-se que a teorização emerge de dados, natureza própria da metodologia; os tópicos ou categorias presentes só estão na teorização devido ao fato de serem encontrados nos dados do levantamento realizado na pesquisa e, desta forma, os pesquisadores(as) da GT são autônomos na autoria da teorização por eles organizada, mesmo trazendo outros(as) autores(as) para o diálogo da teorização.

Feitas essas considerações muito breves sobre a metodologia GT, modo pelo qual o texto deve ser lido e interpretado com base em Charmaz (2009) e Silva (2019) segue-se que nas “Considerações finais” são elaboradas algumas propostas de implicações a que o estudo contribui para a formação e a atuação dos professores e professoras na escola de educação infantil e anos iniciais, tendo como foco, a criança pequena a partir dessa teorização, com o uso específico da metodologia GT.

Sexualidade infantil: um debate curto a partir de uma pesquisa de doutorado

O debate a ser realizado nesta subseção gira em torno de duas questões a partir dos resultados da pesquisa de Silva (2015) utilizando os rigores e especificidades da metodologia GT (Charmaz, 2009; Silva, 2019): o que é sexualidade infantil? E a segunda: que encaminhamentos sobre a sexualidade infantil são organizados na pesquisa, voltados ao cotidiano da escola da infância?

O que é, portanto, sexualidade infantil? Sexualidade infantil é um termo que exprime o desejo (in) consciente da criança, ou seja, ela é um sujeito (conceito freudiano) sexuado, um sujeito que sente prazer e que tem em seu corpo todas as potencialidades de sensação e manifestação de prazer, de desejo. (SILVA, 2015).

Como é possível a elaboração desta conceituação? Silva (2015), utilizando-se da metodologia *Grounded Theory* (GT) (Charmaz, 2009; Silva, 2019) faz este construto conceitual a partir da produção existente sobre sexualidade infantil em que, a base do assunto, repousa sobre a psicanálise, começando em Freud até a contemporaneidade.

A problemática para da pesquisa, de cunho indutivo: “[...] O que se está dizendo sobre ‘sexualidade infantil’, considerando este descritor como um recorte de análise dentro da área da educação sexual? (SILVA, 2015, p. 24)”.

Esta pergunta ampla - característica chave do método GT – permitiu a seguinte teorização:

Sexualidade infantil se estabelece como teorização em uma única via: a da teoria psicanalítica da sexualidade. As subvias centrais e necessárias à teorização são duas: a primeira, o cotidiano escolar e a segunda é o das efetividades das políticas de proteção à criança na sociedade e sua gestão. (SILVA, 2015, p. 234).

A sexualidade infantil é encontrada nos dados, sempre com um referencial, inicialmente, freudiano, abrangendo as descobertas iniciais de Freud (Freud, 1996 a, 1996 b, 1996 c) e suas reformulações no decorrer de sua carreira, seus estudos e produções, desde cartas até obras completas. Mas não é estagnado aí, em Freud: é dado prosseguimento ao referencial na área da psicanálise, embora, com a formatação de outras escolas de pensamento como o kleinismo (referência à Melanie Klein). Podemos citar ainda, a filha de Freud, Anna e os trabalhos de Jacques Lacan e Donald Woods Winnicott, chegando à contemporaneidade com várias mudanças conceituais, ora próximas ora muito distantes da produção inicial de Sigmund Freud. Mas a máxima seguinte

é válida: todas as formulações sobre sexualidade infantil até a atualidade não são desenvolvidas sem a base freudiana.

As investigações freudianas sobre a psicanálise com crianças, segundo Costa (2010), não nascem com as crianças, como no kleinismo, por meio da brincadeira. Não. As investigações iniciais de Freud se originam em suas pacientes históricas, pessoas que desenvolveram traumas durante a infância, em situações relacionadas à sexualidade, ao sexo idealizado. Esta era a teoria inicial de Freud.

Desta hipótese clínica, Freud, opta por uma outra fonte de histeria adulta, qual seja, a realidade psíquica: o desejo e não o fato em si. E aí aparecem palavras-chave da psicanálise, referentes ao desenvolvimento da teoria freudiana da sexualidade infantil: desejo, inconsciente, fantasia, sedução, transferência, sublimação. (LAJONQUIÈRE, 2009; COSTA, 2010).

Nesta perspectiva clínica, a origem do trauma está no conflito entre a sexualidade, em fase de descoberta pela criança e a imposição do “não é o momento” por parte dos adultos; adultos que já possuem uma outra estrutura sobre a (sua própria) sexualidade.

Freud dá o início à teoria da sexualidade infantil, na obra “Interpretação dos Sonhos” seguindo suas formulações para os Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. Segundo Costa (2010), afirma que “[...] Desse modo, Freud apresenta ao mundo uma nova criança, dotada de uma sexualidade *perverso-polimorfa*. Com o conceito de *pulsão* Freud vai nos mostrar que o corpo da criança é um corpo pulsional, corpo de desejo (COSTA, 2010, p.15)”.

É importante a colocação de que Freud é um marco nas concepções de infância e criança. Antes de Freud, as crianças eram seres angelicais, puros e assexuados. Depois de Freud, as crianças são sujeitos do desejo e possuem (desejam) prazer. (LAJONQUIÈRE, 2009; COSTA, 2010).

Para Freud, as sensações adultas referentes ao prazer eram semelhantes às vividas pelas crianças. O aspecto aqui levantado configura um movimento de 360º aos pais, gestores, coordenadores e professores: um novo outro olhar para as crianças pequenas, como sujeitos autônomos e sexuados, marcados e marcadas pelo desejo; sujeitos que não podem ser “presos” à modelagens adultas de imposição e autoridade, e, muito menos, sujeitos que desmerecem uma atenção ao seu desenvolvimento em curso, que, geralmente, para ela é imposta o oculto da questão e a anulação de sua sexualidade.

Os dados documentais da pesquisa de Silva (2015) permitiram a construção de um conceito que evidencia a sexualidade nas teorias clássicas do desenvolvimento infantil, na área da psicologia da educação. Trata-se do

conceito de desenvolvimento biopsicossocial e que, na pesquisa, se elabora o termo “biopsicossexossocial”.

Neste conceito, que emerge dos dados, o desenvolvimento humano relacionado ao termo biopsicossocial é acrescido de mais um termo –ssexo, no sentido de **evidenciar a sexualidade**, portanto, não mais “embutida” em *biopsicossocial*, o que não quer dizer que a sexualidade está omitida ou inexistente. Considerar a dimensão psicanalítica para a sexualidade repousa sob a perspectiva da educação sexual emancipatória: liberdade e direito de saber sobre seu corpo e sobre os conceitos científicos em educação sexual. (SILVA, 2015, p. 127-128, grifos nossos).

O conceito de desenvolvimento biopsicossexossocial nasce naturalmente, diga-se, assim, dos dados codificados na pesquisa de Silva (2015). Há uma ligação direta com e entre todas as palavras recorrentes em toda a pesquisa com os dados que reiteram, sempre, a sexualidade infantil num aporte teórico freudiano e também na psicanálise, dos primórdios à contemporaneidade. Sobre estas “palavras” recorrentes, Silva (2015), afirma que,

Na evidenciação da sexualidade infantil, as unidades categorias como masturbação infantil (numa perspectiva freudiana de análise), erotismo infantil, transferência – esta, uma unidade ímpar, ao lado da sublimação – trauma, medicalização, prostituição (na perspectiva psicanalítica), arranjos familiares, homossexualidade, complexo de Édipo, inconsciente, fantasia infantil, corpo biológico x corpo psicanalítico (corpo erógeno) e sublimação corroboram para a construção de um conceito fundamental da teorização aqui defendida: o **desenvolvimento biopsicossexossocial**. (SILVA, 2015, p. 131, grifos nossos).

As palavras recorrentes aqui apresentadas, como se verá, permeiam as “subvias” que explicitam o enunciado geral da tese de Silva (2015), ou seja: o referencial freudiano e pós-freudiano, até à contemporaneidade, permite a compreensão do cotidiano escolar e também a confirmação da relevância das políticas em sexualidade humana no espaço escolar e outros espaços.

Um segundo momento de análise e descobertas, pela GT se dão no interior da Subvia 1 que permite a configuração teórica da sexualidade infantil na dimensão do dia a dia na escola, o cotidiano escolar.

Sexualidade infantil é um tema do espaço educacional, em que, a todo o momento se constata o desenvolvimento e a apreensão do mundo ao

redor, pelas crianças, destacando-se inclusive, a realidade das suas respectivas manifestações ou atitudes/ações, envolvendo a sexualidade. Da mesma forma, está presente, na mesma esfera ambiental/geográfica, o despreparo docente declarado, de que a sexualidade não é tema para se tratar na escola ou que seja uma tarefa dos profissionais da saúde e responsabilidade da família. O docente que não vê a sexualidade infantil, a nega, ao considerar a sua própria sexualidade, como superior, positiva, diferente, própria a si, madura. (SILVA, 2015).

Assim, o cotidiano escolar revela facetas interessantíssimas que levam os professores (as), bem como, os coordenadores e gestores escolares e, ainda, os pais e responsáveis a, juntos, pensarem e elaborarem estratégias de promoção de educação sexual, visando não o negativismo das expressões/ações em sexualidade das crianças – tal como defendia Freud nas primeiras décadas dos anos 1900 -, mas promovendo uma prática educativa escolar e não-escolar de conhecimentos do próprio corpo e proteção deste, em razão da violência e do abuso a que, constantemente são submetidas as crianças, que, em plena pandemia da Covid-19, encontram-se fora da escola – reitera-se que não se está a afirmar que todas as crianças sofrem abuso, mas que se trata de uma categoria que nasce dos dados e está presente na teorização.

Faz-se necessário, neste segundo bloco referencial (Subvia 1) sobre a sexualidade infantil, compreender o conceito de cotidiano em Michel de Certeau (Certeau, 1996, 1998) ao dizer que “[...] no operador de uma “vigilância” generalizada. [...] esta “microfísica do poder” privilegia o aparelho produtor (da disciplina), ainda que, na “educação”, ela ponha em evidência o sistema de uma “repressão [...]”. (CERTEAU, 1998, p. 41)”.

Michel de Certeau está se referindo ao cotidiano que reprime; a esta organização (por exemplo, a escola), que elimina o sujeito e sua presença no mundo em sua autonomia e liberdade, aprisionando-o ao feito adulto.

São, portanto, duas considerações mais gerais, que se complementam, sobre o cotidiano e que nos ajudam a compreender a sexualidade infantil, as manifestações/ações sexualizadas das crianças: a primeira é que o cotidiano é regulador; a segunda, é que este cotidiano regulador é sempre transgredido pelos principais atores desta rede, as crianças pequenas. Isto porque, a sexualidade (o desejo) ultrapassa os limites impostos pela cultura adulta e o currículo escolar.

A partir destas colocações muito breves o que se destacar em relação à Subvia 1? Os próximos excertos elencados na pesquisa de Silva (2015) irão evidenciar alguns destaques.

Excerto 1.

[...] menina de aproximadamente 4 (quatro) anos, brincando com uma boneca, dando-lhe comida na boca com uma colherzinha. A imagem de imediato fez com que as professoras sorrissem, percebendo que seria fácil opinar sobre tal figura, pois perceberam a coerência entre corpo e gênero: menina brincando de boneca, ou seja, “tal como deve ser”. As falas das professoras se referiram basicamente ao “instinto maternal”: “parece que já nasce com o instinto, a gente mulher, instinto de cuidar” (P5). Outra disse: “Pensei logo no cuidado, a palavra cuidado, certamente isso ela vivenciou e está transferindo de forma prazerosa!” (P12), se referindo que ela observou sua mãe fazendo aquilo e estaria imitando-a. A palavra cuidado também está relacionada com o instinto maternal, referindo-se à mãe como a pessoa que mais se dedica aos cuidados com os filhos(as). “Eu tenho uma filha e não precisa nem mostrar como se faz, a menina já sabe, ela já pega a boneca, cuida dela, finge de dar comida, faz ela dormir” (P2), revelando que em nossa sociedade está dado que menina brinca com boneca. É muito forte ainda a noção de que o amor materno é explicado como “instinto natural” inerente a todas as mulheres, embora a história nos mostre que nem sempre foi assim [...]. (SILVA; BERTUOL, 2014, p. 455).

Excerto 2.

Pergunta assim: “Aí tia, você tem cú? Você já deu?”, isso eu tô falando de criança de cinco anos, e aí eu dei uma atividade, não da sexualidade, eu pulei, sabe, “Ai, vamos cantar a tia esqueceu”, mas porque eu acho que é entrar muito a fundo naquilo [...] mas me assustou um pouco a forma normal que eles perguntaram pra mim. Eu via um menino e ele tava é, mexendo no pipi tudo, e todos os dias ele tava mexendo, então cada dia eu fui tirando a atenção dele disso e aí até um dia ele esqueceu, ou eu até tive uma, um caso que ele mexeu demais ele até começou a sentir prazer (MAIA, SPAZIANI, 2010, p. 77).

No excerto 1 as relações de gênero se evidenciam. A naturalização de uma menina brincar de ser mãe, o que, na verdade e, obviamente, caso fosse um menino, isto denotaria um desvio, uma não-naturalização.

A ideia de que toda mulher nasce para ser mãe está presente nesta narrativa em que se reproduz a sociedade heterossexista e, marcadamente, religiosa.

E o que isto tem a ver com a sexualidade infantil? Tem a ver com os determinismos biológicos e como se refere Certeau (1996; 1998), apoiando-se

em Foucault; tem a ver com os aparelhos de poder, organizados para impor uma dada “ordem” a ser seguida, obedecida. Neste sentido, ao naturalizar, se reforça a ideologia e, ao reprimir o não-naturalizável, também se atua no sentido deste reforçamento da disciplinarização, ou a “imposição” do padrão, da ordem, do instituído.

O excerto 2 demonstra duas realidades do cotidiano escolar: a primeira, as informações sobre sexo que uma criança pequena apreende e desenvolve dúvidas; a segunda, que se confirma no cotidiano escolar, quanto ao despreparo docente no tema da sexualidade infantil.

Quando a referida professora admite a naturalidade com que a criança lhe faz a pergunta, demonstra um fato do cotidiano, segundo Certeau (1996; 1998), muito interessante, qual seja, o de que, as crianças não agem como os docentes; os adultos não agem com naturalidade, mas com um espanto imediato diante do tema da sexualidade humana como algo proibido. E não se trata da professora falar se “deu” ou não, trata-se de interpretar e re-interpretar a pergunta da criança promovendo esclarecimentos da linguagem, bem como, contextualizando a temática abordada, já que esta, nasce de um momento qualquer do dia a dia; é o inesperado, o imprevisto.

A saída dada pela professora em cantar e pular o assunto retira a oportunidade de uma primeira aproximação à educação sexual, visto que, as crianças não acreditam mais, atualmente, que foi a cegonha que os trouxe à casa de seus pais.

A masturbação infantil ou o toque no próprio corpo, nos espaços escolares, é uma realidade, como no caso apresentado no excerto 2. Desviar a atenção é uma regra, quase que geral nos dados encontrados na pesquisa de Silva (2015). O professor (a) da educação infantil inventa uma música, muda de assunto, desvia a atenção, enfim. Pelo menos, isto não reprime, não traumatiza tanto, quanto dizer: “vou contar para sua mãe; você é criança, não deve nem pensar sobre estas coisas; ‘Jesus’ está triste com você!”. As formas de repressão quanto à sexualidade, na forma verbal é muito marcante à criança e a psicanálise parece indicar propostas mais sensatas através da clínica.

O conceito de Didática da Sexualidade, desenvolvido por Silva (2015) observa, justamente, este cotidiano, que escapa ao domínio adulto e que são próprios aos sujeitos infantis.

A Didática da Sexualidade [...] diz respeito então ao aspecto da *não intencionalidade*, ou seja, diferente da proposta *intencional* em que se propõe uma educação sexual na formação dos educandos, partilhada com os pais. Nesta didática *não-in-*

tencional, não- intencionalidade quer afirmar que, diante da imprevisibilidade e do devir infantis, o docente terá a habilidade ou a arte – utilizando Freud – de agir diante da manifestação ou expressão da sexualidade infantil sempre direcionando para o esclarecimento, o diálogo, fortalecendo, como já se afirmou, a identidade psicosssexual em desenvolvimento. (SILVA, 2015, p. 174).

Wilhelm Reich é um autor psicanalítico a ser estudo em profundidade, considerando as atualidades da área da psicanálise, sobre a sexualidade, para que a aplicabilidade do conceito de Didática da Sexualidade encontre bases metodológicas (práticas pedagógicas) que embasem os professores e professoras no dia a dia da escola de educação infantil e anos iniciais. A obra de Reich tem como base o conceito de sublimação, desenvolvido por Freud.

Pesquisas na área da educação sexual vêm demonstrando o quanto a formação continuada de professores é importante para as questões postas a uma nova didática que exprima práticas pedagógicas em sexualidade humana, sexualidade infantil.

Avanços são percebidos. Mas, o principal desafio são as continuidades e a avaliação destas ações no decorrer de um ano letivo, de dois anos letivos, três anos, quatro, enfim, até que, naturalmente, as perspectivas em educação sexual estejam circulando no currículo (e no projeto político pedagógico, principalmente) e na interação escola/família. Essa ideia é atestada também por Ciaffone; Gesser (2014) que, em sua pesquisa contemplou a possibilidade viável de se tratar da sexualidade infantil com leveza, respeito, naturalidade, cientificidade e, sobretudo, com diálogo entre todos(as) os(as) atores(as), tendo a criança como principal foco de atenção e cuidado. Os momentos de diálogo permitiram, inclusive, o trato das questões religiosas, éticas e de família que deram aos pais e responsáveis segurança e confiança no trabalho pedagógico dos professores(as).

A característica de uma formação em sexualidade humana, sexualidade infantil, para professores (as), indo além da instrumentalização cognitiva, recai, justamente, na defesa de Silva (2015), em relação à importância e a relevância, de que o tema da sexualidade infantil deve estar inteiramente voltado aos espaços da escola, às ações/práticas desenvolvidas pelos (as) docentes e cuidadores, coordenadores e gestores, no que concerne às manifestações da sexualidade infantil. Isto se inicia com a necessidade potencial de que os adultos envolvidos possam dialogar e resolverem, juntos, a questão.

A busca de todos os atores da escola é o de compreender nas mani-

festações da sexualidade das crianças, a emergência da retirada de imposições e desnaturalizações destas manifestações, ou seja, por meio destas situações do cotidiano, se evidenciar experiências enriquecedoras tanto para os adultos quanto para as crianças que não sejam a reprodução de “soluções” mais corriqueiras como as já apresentadas nos excertos anteriores ou como as situações em que os pais ou responsáveis, queixam-se à direção, de que seus filhos(as) falaram sobre beijo, sexo e amor em casa, culpando a escola, a professora e possíveis “más influências” infantis, de famílias “desajustadas”, sem pai, em casa. Em muitas dessas situações a pesquisa de Silva (2015) identificou que muitos gestores se posicionam em culparem os professores(as) e firma (confirma) o discurso revoltoso, ao lado dos pais ou responsáveis, dando a estes últimos, “razão”, tranquilizando-os, com sentenças do tipo “o professor (a) vai ficar mais atento(a) e separar o seu filho (a) do outro(a)” ou “o professor(a) não vai mais permitir isto acontecer de novo, foi um descuido, isso jamais pode acontecer”.

O cotidiano da educação infantil relativo às falas dos docentes e cuidadores, nos dados da tese de Silva (2015), permitiu também o desenvolvimento do conceito de Docência- Incompletude. Antes da apresentação deste conceito, será apresentado como este conceito emerge dos dados, pela metodologia GT. Docência-Incompletude ajuda nas reflexões sobre as vivências enriquecedoras que devem estar presentes no cotidiano das escolas de educação infantil.

Na citação a seguir, retirada da pesquisa de Silva (2015) uma professora admite o desconforto em tratar do tema da sexualidade junto às crianças pequenas.

Um fato ocorrido na sala de uma das professoras participantes, relatado por ela: “um menino se interessou por brincar com panelinhas e alguns colegas começaram a debochar dele. Eu disse que o meu marido lavava a louça e fazia comida na minha casa. Depois desse comentário, não debocharam mais do colega, achando normal” (P6). Ao ser questionada sobre o que entendia por “normal”, ela respondeu: “na verdade a gente carrega um pouco de (pausa), por exemplo, eu fui criada que menina brinca disso e menino daquilo, então já vinha com um certo preconceito, mas aí eu procuro não passar isso para eles, mas, normal para mim é não ter essa divisão entre menino e menina, eles brincam juntos, a gente separa em grupos por uma questão de limites” (P6). [...] Uma das professoras comentou sobre as dúvidas e os desconfortos que esse tema gera no âmbito pessoal e profissional. E outra complementou: “Desconforto porque, no fundo, no fundo, para nós isso é errado!” (P11). Isso nos faz pensar o quanto o poder de subjetivação está presente em nossa vida, em nossa sociedade (RIOS, 2014; p.456).

O aspecto pessoal (posicionamento, ideia, representação, crença) se

mistura com o aspecto profissional. Talvez estejamos diante de uma “incompletude” ou um entrave para ser pensado nas práticas de formação continuada de professores e também para a formação inicial, qual seja, ser pensado um critério conteudístico/curricular de modo a “mexer”, “provocar” com estes juízos de valores, muitas vezes, contraditórios, porém, intrínsecos entre a moral ou o certo e o errado, em relação à sexualidade humana e a sexualidade infantil.

No próximo excerto, emerge a questão da homossexualidade em observações/práticas nos espaços da educação infantil.

O depoimento dessa professora não negou a existência de casais homossexuais e fez questão de abordar a temática com seus alunos, mesmo sendo crianças de educação infantil. Em contrapartida, outra professora diz: “se vejo uma cena de duas mulheres ou dois homens se beijando em um livro, eu fecho o livro na hora!” (P11). Esta professora se sentiu desconfortável com a possibilidade de tratar das identidades sexuais com as crianças. [...] “semana passada, uma menina que não era minha aluna foi num shopping no final de semana e viu duas mulheres se beijando. No pátio da escola, ela falou e eu ouvi: “tem mulher que beija mulher”. E os meninos que ouviram diziam: “Não!”. Elas passaram uma semana inteira falando que mulher namora com mulher e os meninos continuavam dizendo que mulher só poderia namorar com homem” (P5). [...] (RIOS, 2014, p.458-460).

Há uma ênfase aqui em relação aos casais homossexuais femininos e masculinos, bem como, as representações docentes em relação às crianças.

Por mais que as pesquisas postulem o que devia ser ou que resposta(as) queriam obter, a realidade das representações docentes demonstram a incompletude da formação e a necessidade de uma formação inicial e continuada que avalie situações e ajude a implementar práticas, fugindo de discursos vagos e sem efeitos diretos no dia a dia da sala de aula, e, a longo prazo, no que se refere a cultura escolar e a cultura dos espaços sociais, que encontram obstáculos, sobretudo e, principalmente, religiosos, confirmando, assim, como bem nos apontou Certeau (1996, 1998) que o cotidiano, principalmente, no que tange à sexualidade, é dado a cada dia; é uma situação ou situações marcadas pela “pressão” e pela “opressão; é uma situação que prende os atores envolvidos, sobretudo, as crianças pequenas e seu desenvolvimento biopsicossocial e, finalmente, é um dia a dia marcado pelo invisível, o invisível dos olhares, o invisível das falas, o invisível dos gestos, o invisível das intenções e das curiosidades infantis e dos intrínsecos conflitos adultos em suas respectivas

sexualidades interiores/pessoais. Desta forma, e nessa processualidade que emerge o conceito de Docência Incompletude.

A última subvia é a dimensão política em sexualidade infantil e aí o conceito de “cidadania em sexualidade” que traz uma contribuição à área da educação sexual e à teorização em sexualidade infantil.

Esta última subvia da pesquisa de Silva (2015) continua a trazer a base freudiana em sexualidade infantil e prioriza o debate sobre o direito da criança em conhecer/saber a cientificidade da sexualidade humana como princípio e ordenação jurídica, caracterizada por políticas públicas em sexualidade, o que torna as crianças, cidadãs, pessoas com direitos, em seu sentido amplo, que implica, sobretudo, o direito de acesso aos conhecimentos sobre sexualidade humana, conhecimentos sobre o seu corpo.

Esta última assertiva, bastante complexa, não deixa dúvidas, no que concerne à importância de efetividades políticas em sexualidade humana nos espaços escolares e outros espaços, em especial, os espaços das arenas políticas municipal, estadual, do distrito federal e federação. A discussão é ainda mais pertinente, no momento em que desde o ano de 2015, especialmente no Brasil, o tema gênero, erroneamente intitulado no meio social, midiático e político como “ideologia de gênero”, representou e vem representando grandes retrocessos nas conquistas dos movimentos sociais e direitos humanos relativos à identidade sexual. Se, por um lado, tínhamos a favor os Temas Transversais “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual”, o volume 10, dos extintos Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados entre 1997 e 1998, hoje, as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, de 2013 e, atualmente, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), nem sequer citam a educação sexual ou as palavras gênero, sexualidade ou orientação sexual. Entre 2014 e 2015, enquanto se construía o Plano Nacional de Educação, nas Câmaras de vereadores, de muitos municípios brasileiros se viu um odioso discurso contra a educação sexual, particularmente, sobre gênero e sexualidade, acusando tal iniciativa como incentivo ao sexo e a imoralidade, contra os valores cristãos e valores de homens de bem, em nome da família tradicional. (SILVA, 2015).

Obviamente, a reação das instituições acadêmicas e dos movimentos sociais, de direitos humanos foi imediata, colocando suas posições políticas, críticas e científicas, no sentido de desconstruir os discursos acalorados, cheios de preconceitos e discriminações, com bem apontou Silva (2015) citando os manifestos da ANPEd (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação) e da ABA (Associação Brasileira de Antropologia).

Mas, para Silva (2015) em que se constitui o tema da sexualidade infantil na perspectiva das políticas públicas?

[...] a sexualidade infantil abarca os espaços sociais e está ligada também às políticas públicas. E como espaço social, evidentemente, temos as políticas públicas como elemento desta organização protetora da criança, em se considerando, em um aspecto particular, seu corpo, sua integridade sexual contra o abuso e a exploração. Embora a palavra conjunta *políticas públicas* não apareça direta e explicitamente nos dados, ela emerge, na possibilidade de um conceito importante para se pensar e se refletir, inclusive, sobre a incompletude da educação na constituição do sujeito infantil psicanalítico [...]. (SILVA, 2015, p.140).

Nos dados da pesquisa, ao se levantar o tema da violência e o do abuso sexual infantil, se encontram, repetidamente, referências às obras freudianas de Totem e Tabu (Freud, 1996 b) e Mal-estar na civilização (Freud, 2010).

Lajonquière (2009) admite a postura política de Freud, embora, não tão contundentemente, quanto Reich, mas deixa a base referencial para se pensar a sexualidade infantil a partir das políticas públicas e sua gestão, visando uma sexualidade mais prazerosa e livre, pautada na liberdade dos sujeitos, os sujeitos sexuais infantis.

A partir destas considerações de base freudiana, mas que não se esgotam aí, pois há muito debate na área da psicanálise, na contemporaneidade, sobre esta dimensão política em sexualidade humana, algumas questões colocadas por Silva (2015), sobre o elemento político em sexualidade infantil, são elencadas a seguir.

Para além do ECA e leis criminalísticas contra a pedofilia, a violência e o abuso infantis, o que incluímos também a prostituição infantil, perguntamos: será que as políticas de proteção à criança deveriam ser mais rigorosas? Seriam necessárias outras leis? Poderia o ECA materializado nos Conselhos Tutelares e instâncias locais municipais ter uma ação mais efetiva no espaço escolar e na comunidade como um todo visando esta proteção à criança, sem o viés único da pobreza e da vulnerabilidade e, portanto, numa ação mais holística desta realidade, pensando e mobilizando ações em todas as classes sociais, não apenas as menos favorecidas?

De que maneira uma política em sexualidade humana pode assegurar uma formação infantil cidadã saudável, prazerosa, feliz e emancipatória?

Como a política LGBTTT contribui para as questões da sexualidade de crianças que convivem e vivem com pais homossexuais masculinos e femininos? Que exemplos conferem e tem conferido a estas políticas um status de que é possível políticas em sexualidade que valorizam a diversidade e a educação cidadã respeitosa e que, sobretudo, garanta a integridade física dos envolvidos?

Que características assumiriam estas políticas visando esta proteção e direito à sexualidade infantil que estejam no âmbito social e que interliguem ações no âmbito educativo e familiar? (SILVA, 2015, p. 141).

A pesquisa encontra limitação nas problemáticas construídas no texto e nestas problemáticas mais pontuais, acima e, aposta em aprofundamentos temáticos, em recorte, e que estão em andamento.

Se assume, contudo, que não se pode falar de sexualidade infantil sem a dimensão política. Uma dimensão política que permite ao docente e ao gestor escolar ter uma “defesa”, por assim dizer, para efetivar a partir do Projeto Pedagógico da unidade escolar um currículo que garanta a cidadania em sexualidade ou o direito da criança em saber/conhecer sobre seu corpo, sobre sua sexualidade, como proteção individual e também coletiva contra o abuso e a violência sexual a que são submetidas aquelas crianças, em especial, sob vulnerabilidade; contudo, não se pode generalizar apenas este grupo, já que, recorrentemente, na mídia é retratado os abusos sexuais em famílias de poder aquisitivo médio-alto, mas que não aparecem em pesquisas, no mesmo montante das crianças sob vulnerabilidade social.

Para a problemática apontada no texto “Que encaminhamentos sobre a sexualidade infantil são organizados na pesquisa, voltados ao cotidiano escolar, na escola da infância?” tem-se como primeiro encaminhamento geral sobre a sexualidade infantil o seguinte: os estudos sobre este tema são de um referencial psicanalítico, inicialmente, em Freud, chegando à contemporaneidade. Assim, a formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, exige uma base na psicologia da educação, pautado nos estudos da psicanálise, que elencam outras definições e áreas em “fronteira” com a Filosofia, a Antropologia, nas temáticas mais específicas de cultura, de sujeito, de saber (o saber como desejo) e outras teorias que são aplicáveis à educação, mas com a ressalva: psicanálise e educação como áreas independentes e de fronteiras bem delimitadas; a clínica não é a escola, nem a escola a clínica, mas a clínica pode ajudar muito a prática pedagógica docente, desde a formação inicial em cursos de licenciatura.

O segundo encaminhamento fundamental, geral, sobre a sexualidade infantil é duplo: a sexualidade é inerente à criança; a criança é um ser sexuado que acessa e apreende o mundo em seu corpo e a partir dele. Políticas de acessibilidade e conhecimentos em sexualidade como direito da criança a pouparia, eventualmente, de abusos sexuais e violência, além de lhe garantir, desde muito cedo, o direito de saber/conhecer sobre seu corpo, inclusive de se ir construindo uma criticidade sobre aquilo que não é científico em sexualidade humana, tal como a mídia e o senso comum apresentam, em nossa cultura ocidental adultocêntrica, heterossexual e cristã, atualmente, marcada ainda pelos *fake News*.

Neste segundo encaminhamento geral, que é duplo, evidencia-se a perspectiva da voz da criança e sua individualidade, sua cidadania plena, em termos de sexualidade, evidenciado no conceito de desenvolvimento biopsicossocial.

A seção seguinte abordará algumas propostas, também amplas, sobre o tema da sexualidade infantil, com foco na formação de professores.

A formação de professores no tema da sexualidade infantil em algumas propostas

Professores em cursos de formação e oficinas, as *ofSex* (Silva, 2020) são como *chefs* de cozinha curiosos e aprendizes, em busca de um novo prato, na qual, a pergunta nem precisa ser verbalizada, ela é expressa no olhar e nas sobrancelhas, nestes encontros disponibilizados a professores(as): “qual a receita?”. “Quais os ingredientes?”. “Como fazer?”.

A pesquisa de doutorado (Silva, 2015) permitiu serem pensadas pelo menos três propostas fundamentais para que o tema da sexualidade infantil não seja negligenciado, na formação inicial e na formação continuada, nem mesmo silenciada no espaço escolar, privando o direito e, portanto, a cidadania em sexualidade, às crianças pequenas, de saberem/conhecerem sobre seu corpo e sua sexualidade. E, desta forma, se abrirem espaços mais amplos para o tema da sexualidade infantil, sobretudo, na escola da infância.

A primeira proposta é que o Projeto Político Pedagógico (PPP) seja conhecido pelos pais e responsáveis.

É inadmissível que o PPP seja um documento secreto da escola, nem disponível aos pais e nem apresentado para estes no início de cada ano letivo. Uma vez que o PPP esclarece desde o início do ano letivo que o tema da educação sexual será abordado, nos tópicos gênero e sexualidade, de forma natural,

sem uma “aula”, se terá, pelo menos de início, uma tensão menos conflituosa entre professores(as) e estudantes infantis, seus pais e responsáveis e a própria gestão; os (as) professores (as) nestas situações envolvendo a sexualidade infantil, não teriam e não passariam por tanto desconforto e tantos prejuízos de ordem pedagógica e pessoal advindo de desencontros ao desenvolvimento biopsicossocial das crianças pequenas.

O PPP prevendo um programa em educação sexual permitirá o encorajamento dos professores (as), dos pais e responsáveis, bem como e, especialmente, das próprias crianças em encararem com naturalidade as dúvidas e falsas verdades vendidas e oferecidas pela mídia, pelo senso comum e o discurso religioso, que não se coadunam com a ciência educativo-sexual, tão ausente em nossa educação básica nacional e nos cursos que formam professores(as), em todas as licenciaturas.

Acima de tudo, uma flexibilidade e, nunca uma imposição por um currículo formativo e um PPP “aberto” ao tema da sexualidade infantil. Mas, com a ressalva de que é e será no cotidiano que a temática emergirá - conceito de didática da sexualidade elaborado por Silva (2015) – não se trata de uma disciplina, de uma oficina e nem de um Projeto de Trabalho, embora o possa ser e deverá no caso da formação de professores(as), como as *ofSex* (SILVA, 2020).

O princípio da educação sexual emancipatória é o norte desta proposta, com a especificidade de um novo outro modelo interpretativo, qual seja, o da psicanálise, de Freud à contemporaneidade; um construto teórico pelo primeiro autor, em desenvolvimento.

A última proposta se resume numa palavra: coragem! Coragem da gestão e da coordenação pedagógica escolar, bem como dos docentes em terem a segurança científica, crítica e política em desenvolver práticas pedagógicas em sexualidade infantil no currículo e envolver os pais e responsáveis nesta potencial mudança de se considerar a sexualidade infantil. E, na outra ponta, a formação inicial de professores em cursos de licenciatura, particularmente, cursos de Pedagogia.

Talvez, o maior desafio seja, justamente, o embasamento psicanalítico – a aceitação desta vertente e a consideração das áreas de fronteira, como a Filosofia e a Antropologia - e o percurso pela cultura, não só enquanto conceito, mas enquanto prática social que exige um outro olhar sobre a sexualidade tal como propõe Freud e isto, está mais explicitado na consideração geral: a necessidade de conhecimentos científicos em sexualidade humana e sexualidade infantil, nos pressupostos psicanalíticos, de Freud à contemporaneidade, sem esquecer os avanços para além desta fronteira, em especial, adentrar à Filosofia.

A primeira dificuldade está posta no que concerne aos estudos iniciais de Freud sobre a teoria da sexualidade infantil e suas reformulações ao longo de suas práticas com a clínica e seus diversos casos, em que algumas teorias foram abandonadas e outras reformuladas.

A outra dificuldade será construir os referenciais em outros psicanalíticos, que, sem perder de vista a base freudiana, inauguraram escolas de pensamento, como Melanie Klein, por exemplo, que enfatiza uma proposta de pesquisa a partir da criança e o brincar e, não a partir do adulto, como o faz Freud e que Anna, sua filha, dá prosseguimento.

Estas dificuldades desafiam, sobretudo, o esforço em aprofundamentos e continuidades da pesquisa de Silva (2015) tão necessários à formação cidadã infantil em sexualidade que visa a diversidade sexual, o respeito, a afirmação das relações de gênero e, em outras palavras, uma educação sexual plena, com cientificidade.

Em seu conjunto, o que implicam estas três propostas, pensando a educação infantil, a formação de professores e os direitos das crianças? A resposta na seção seguinte, como forma de “Considerações finais”.

Considerações finais

As implicações das propostas aqui apontadas à formação de professores em sexualidade infantil podem ser sintetizadas na seguinte máxima: a sexualidade infantil tem como componente fundamental a criança e seu desenvolvimento, ela é o foco. E, desenvolvimento humano, nesta perspectiva, é de base psicanalítica, a partir do conceito de desenvolvimento biopsicossossocial (Silva, 2015). ainda em construção pelo autor. e que, como já foi apresentado, tem encontrado “aconchego” nas áreas da Filosofia e da Antropologia como discutido em Silva (2020b).

Corroboram para essa máxima, apenas para citar algumas pesquisas os trabalhos de Pola (2018); Bastasevicius; Miranda (2019); Moreira; Maia; Jacinto (2020); Moraes; Guimarães; Menezes (2021) e Soares; Soares (2022), na medida em que, decorridos sete anos da pesquisa de doutoramento, as discussões da teorização permanecem abertas e em movimento.

Especificamente, à formação de professores, se apresentam algumas prerrogativas dadas pela teorização:

- Um currículo de formação que aborde a sexualidade humana e a sexualidade infantil, teórica e metodologicamente, com destaque

em componentes, como o Estágio Supervisionado, Seminários de Pesquisa, Tópicos Especiais em Educação, Trabalhos de Conclusão de Curso, Projetos de Extensão, Grupos e Núcleos de Pesquisa e Extensão. E, ainda, Seminários, Congressos, Oficinas (*ofSex*) e Cursos em eventos de Semana Acadêmica, em que os professores da rede pública possam participar e se envolver na temática, enriquecendo estes espaços com suas experiências do dia a dia.

- A importância de um auto-reconhecimento da (sua) própria sexualidade (Melo, 2004), o que se inicia, a meu ver, com a ideia de laicidade nos espaços educativos. Como previa Freud, outro componente desta representação individual, exige dos profissionais da educação a consideração da sexualidade infantil como parte do desenvolvimento humano. Este foco permitirá uma educação sexual, desde a pequena infância, tratada com seriedade e com muita naturalidade, sem geração de nenhum tipo de cerceamento, punição, “diabolização” ou constrangimento.
- Uma última prerrogativa, consequência das anteriores é a possibilidade de que, como resultado de uma formação em sexualidade humana, particularmente, em sexualidade infantil, os docentes tenham, a partir de então, um posicionamento científico (conhecimentos em sexualidade infantil), crítico-laico (uma postura de resistência/enfrentamento ao preconceito e a discriminação) e político (desfazer e desconstruir mentiras de “alas”, rigidamente organizadas, caracterizadas pelo conservadorismo em seu sentido mais amplo) sobre sexualidade infantil. Neste sentido, o conceito de cidadania em sexualidade traz uma contribuição importante ao tema da educação sexual na escola de educação básica e à formação de professores no Brasil.

Finaliza-se este texto, destinado para todos os docentes da educação infantil e anos iniciais, atuais e em formação inicial universitária, sinalizando que a sexualidade infantil, na perspectiva aqui abordada - a de uma teorização, num viés de uma metodologia, muito específica e complexa, que é a GT - evidencia uma sexualidade invisibilizadas pela escola e pela formação de professores em licenciaturas; evidencia, ademais, nos dados que tornaram possível essa teorização, a oportunidade de vez e a voz às crianças pequenas em seus direitos

ao saber, sobre si, sobre seu corpo, dado que o corpo é matriz da sexualidade humana como afirmavam os extintos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Esta abordagem, a da sexualidade humana e sexualidade infantil, por si só, desvela a relevância do tema para a formação docente e, em consequência, para a escola pública, uma escola pública laica, de qualidade e atenta à diversidade, que necessita, urgentemente, que seus gestores e gestoras, professores e professoras, funcionários e funcionárias, bem como, pais e responsáveis, desde a escola de educação infantil, resistam (e continuem a resistir) no enfrentamento de qualquer preconceito e discriminação, bem como, de qualquer negação da sexualidade das crianças, em suas manifestações cotidianas e anseios/desejos no acesso ao mundo por meio do currículo, em que, atualmente, se estrutura na BNCC.

Que os professores(as) continuem a fazer o melhor do seu profissionalismo docente pelas crianças pequenas, por seus direitos como cidadãos, em desenvolvimento, desenvolvimento este, em que a sexualidade é um dos elementos que não devem mais continuar silenciados e negados, ao contrário, valorizados e evidenciados, por meio de uma educação sexual que valorize a humanidade e os direitos em sexualidade, direitos identitários individuais, que abarcam, sem dúvida, o coletivo, no sentido amplo, dos direitos humanos e que estabelece-se na forma de uma cidadania em sexualidade, uma cidadania democrática e plena, principalmente, emancipatória nas relações de gênero que também são base para o conceito de “biopsicossexossocialidade” originado na pesquisa de teorização. Práticas, neste viés, o emancipatório, que são a totalidade da educação e não um à parte ou assunto secundário, contribuirá para o fim das desigualdades – em sentido amplo, não apenas as relativas à sexualidade -, que se sonham para o Brasil e o mundo, a médio e longo prazos em que, desde a infância, a sexualidade humana não seja vista como proibitiva e silenciada nos processos educativos.

Referências

BARTASEVICIUS, D. M. M.; MIRANDA, M. A. G. C. Formação de Professores para a Prática de Educação Sexual nas Escolas: Uma Reflexão a Partir do Pensamento Docente. *Sisyphus — Journal of Education*, vol. 7, núm. 3, pp. 156-178, 2019, Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5757/575761154011/html/> Acesso em: 16 jun., 2022.

CIAFFONE, A. C. R. ; GESSER, M. Integração Saúde e Educação: contribuições da Psicologia para a Formação de Educadores de uma Creche em Sexualidade Infantil. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 34, nº 3, jul./set., 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000300774&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 04 maio 2021.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano 1: as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARMAZ, K. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

COSTA, T. *Psicanálise com crianças*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FREUD, S. *Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. (1910). Volume XI. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996 a.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização, Novas Conferências Introdutórias e outros textos*. Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. *Totem e Tabu e outros trabalhos*. (1913-1014). Volume XIII. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição Standart Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996 b.

FREUD, S. *Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*. Volume VII (1901-1905). Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996 c.

LAJONQUIÈRE, L. de. *Infância e ilusão (psico) pedagógica*. Escritos de psicanálise e educação. 4.ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MAIA, A.C. B.; SPAZIANI, R.B. Manifestações da sexualidade infantil: percepção de pais e professoras de crianças de 0 a 6 anos. *Linhas*, v.11, nº 01, pp. 68-84, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2017> Acesso em: 04 maio 2021.

MELO, S. M. M. O invólucro perfeito: paradigmas de corporeidade e formação de educadores. In: RIBEIRO, P.R.M. *Sexualidade e educação: Aproximações necessárias*. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

MOREIRA, M. C., MAIA, A. C. B., JACINTO, H. F. A. Educação Sexual nas escolas: concepções e práticas de professores. *Revista Psicologia e Educação On-Line*, 3 (1), 47-54, 2020. Disponível em: <http://psicologiaeeducacao.ubi.pt/Files/Other/Artigos%20OnLine/2020V1/V3N1%20-%205.pdf> Acesso em: 16 jun., 2022.

MORAIS, N. A. A.; GUIMARÃES, Z. F. S.; MENEZES, J. P. C. Educação sexual: as percepções dos professores de biologia do ensino médio. *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, 14(1), 135-156, 2021. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/395> Acesso em 17 jun. 2022.

POLA, L. C. A. *Sexualidade humana e educação sexual: elaboração e análise de formação continuada para professores/as do ensino fundamental*. 2018.126f. (Mestrado em Educação Escolar). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, FCLar, Araraquara (SP), 2018.

RIOS, A. M. F. M. *Violência infantil: evidências em crimes sexuais contra crianças*. 2014, 98f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre (RS), 2014.

SILVA, C.R. *Proposta teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da Grounded Theory*. 2015. 341f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, FCLar, Araraquara (SP), 2015.

SILVA, C.R. *Grounded Theory: a abordagem construtivista para pesquisas em Educação Sexual no Brasil*. Goiânia (GO): Espaço Acadêmico, 2019.

SILVA, C.R. Oficina em Educação Sexual (ofSex): aspectos teórico-metodológicos e uma definição. *Revista de Estudios y Experiencias en Educación*, v. 19, n.º 40, agosto, 2020a, pp. 213-233. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/rexe/v19n40/0718-5162-rexe-19-40-213.pdf> Acesso em 04 de maio de 2021.

SILVA, C.R. *Educação Sexual I: gnosiologia, CT&i, Alfabetização Científica*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020 b.

SILVA, C. R.; LINS, M. I. A Grounded Theory em um estudo sobre a sexualidade na infância. *Conhecimento E Diversidade*, v. 12, n. 27, p. 64 –78, maio/ago. 2020. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/6991 Acesso em: 04 maio 2021.

SILVA, D.R.Q.; BERTUOL, B. Novos olhares para as pedagogias de gênero na educação infantil. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, v. 14, nº 3, set./dez., p. 448-463, 2014. Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/5019/pdf_46 Acesso em: 04 maio 2021.

SOARES, L. M. .; SOARES, N. M. . Sex education in the school context: voices of elementary School Teachers. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. e45611326910, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i3.26910 Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26910> Acesso em: 16 jun. 2022.